



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

O Ressurgimento da China e suas consequências para a América Latina e o Brasil

Helton Ricardo Ouriques

Como citar: OURIQUES, Helton Ricardo. O Ressurgimento da China e suas consequências para a América Latina e o Brasil. *In:* VIEIRA, Rosângela de Lima. **O Brasil, a China e os EUA:** na atual conjuntura da economia-mundo capitalista. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 81-108.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7983-415-8.p81-108>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O RESSURGIMENTO DA CHINA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A AMÉRICA LATINA E O BRASIL¹

Helton Ricardo Ouriques

Este trabalho tem um duplo objetivo: apresentar, em suas linhas gerais, as principais características do processo de desenvolvimento chinês no período recente e, ao mesmo tempo estabelecer algumas comparações, mesmo que parciais e incompletas, entre a China e alguns países latino-americanos (especialmente o Brasil). Para tanto, a exposição está dividida em três partes: na primeira, faremos uma exposição sumária sobre alguns elementos fundamentais para o notável processo de desenvolvimento da China. Na segunda seção, contextualizaremos a diferença de trajetória entre o Leste Asiático e a América Latina, tentando mostrar alguns aspectos sistêmicos que determinaram os caminhos distintos trilhados pelas duas regiões. Na terceira seção, mostraremos alguns indicadores para fortalecer

¹ Esse texto foi redigido a partir da palestra *A inserção da China na atual conjuntura da economia-mundo capitalista: diferentes perspectivas de análise*, apresentada no VI Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo, realizado entre os dias 27 e 29 de agosto de 2012 na UNESP – Campus de Marília.

o argumento central desse texto, de que fatores internos e externos devem ser levados em consideração para a compreensão dos distintos caminhos de desenvolvimento das regiões em questão. Mas, mesmo assim, temos que ter ciência que as características estruturais da economia-mundo capitalista são fundamentais para a análise conjuntural.

O RENASCIMENTO DA CHINA: BREVES COMENTÁRIOS

O renascimento da China provavelmente seja o acontecimento mais importante da recente conjuntura da economia mundo capitalista, que ocorre em concomitância com o declínio hegemônico dos Estados Unidos. Pelas dimensões territoriais e populacionais da China, seu reconhecidamente espantoso crescimento econômico das últimas três décadas vem causando perplexidade nos pesquisadores e nos agentes do campo das relações internacionais. Desde o fim dos anos 1970, em particular, esse país passou e vem passando por profundas transformações internas, que estão causando impactos significativos na economia mundial. É importante mencionarmos, mesmo que rapidamente, que esse país, ao longo do Século XX, passou por uma situação de penúria e desordem generalizadas durante a ocupação japonesa, foi dilacerado por uma longa guerra civil entre o *Kuomintang* e os comunistas e sofreu as desventuras do Grande Salto Adiante e da Revolução Cultural (1966-1976). E hoje se tornou um dos epicentros dos processos de acumulação capitalista em escala mundial. Tal acontecimento não deixou de ser percebido por vários pesquisadores, como Joseph Nye:

A verdade é que, no caso da China, “ascensão” é a palavra errada. Mais exato seria falar em “ressurgimento” já que, pelas dimensões e a história, há muito que o Império do Meio é uma grande potência do Extremo Oriente. Técnica e economicamente, foi o líder mundial (embora sem alcance global) de 500 a 1500. Só no último meio milênio é que a Europa e os Estados Unidos o alcançaram. O Banco Asiático de Desenvolvimento calcula que, em 1820, no começo da era industrial, a Ásia era responsável por cerca de três quintos da produção mundial. Em 1940, essa participação havia caído a um quinto, muito embora a região fosse habitada por três quintos da população do planeta. O rápido crescimento econômico devolveu-lhe os dois quintos de hoje em dia, e o banco especula que o continente pode voltar aos níveis históricos por volta de 2025. Naturalmente, a Ásia inclui o Japão, a

Índia, a Coréia e outros países, mas a China está fadada a ter o papel mais importante. Sua altíssima taxa anual de crescimento de 8% a 9% levou-a a triplicar o PIB nos últimos dois decênios do século XX. Esse extraordinário desempenho econômico, juntamente com a cultura confucionista, aumentou o poder brando chinês. (NYE, 2002, p. 52).

Esse desempenho extraordinário, mencionado pelo autor em questão, tem seus fundamentos no processo de reforma e abertura iniciado no final dos anos 1970 e que, em curso desde então, alterou substancialmente o papel da China em âmbito mundial. A partir das quatro modernizações (na agricultura, na indústria, nas forças armadas e na ciência e tecnologia), a China passou a galgar posições no sistema interestadual, tornando-se em poucas décadas a segunda economia mundial, em tamanho do PIB.

Mas como a China conseguiu chegar a essa situação nos dias atuais? É impossível, dada a natureza deste trabalho, dar conta em detalhes de uma resposta aprofundada a essa pergunta². Por isso, de forma sumária, listaremos alguns dos principais fundamentos desse processo de desenvolvimento espetacular. Em primeiro lugar, a existência de uma força de trabalho barata, disciplinada e abundante. Essas características foram e ainda são fundamentais para a manutenção de um baixo custo de produção das mercadorias produzidas no território chinês, como destacado por vários autores (ARRIGHI, 2009; GEREFFI, 2007; SHENKAR, 2005). Somente a título de ilustração, e com a devida restrição de uma situação de 10 anos atrás, vale a pena mencionar o salário por hora na manufatura, em 2002, assinalado por Shenkar (2005): nos EUA correspondia a U\$ 21,33; na Europa, U\$ 20,18; na Coréia do Sul, U\$ 9,16; em Taiwan, U\$ 5,41; no Brasil, U\$ 2,57 e na China, U\$ 0,69. É importante destacar que tem havido incremento nos salários na China em período mais recente³, mas, mesmo assim, os salários baixos em relação à média mundial ainda

² Para uma análise predominantemente política acerca do desenvolvimento chinês, ver Lyrio (2010). Para uma compreensão mais de longo prazo, com ênfase histórica, ver Spence (1996).

³ De acordo com reportagem do jornal Gazeta do Povo, que cita uma pesquisa realizada pelo professor Gilmar Masiero, da USP, "Os dados levantados pela pesquisa mostraram que o aumento do salário médio do chinês foi de 19,8% ao ano, no período de 2005 a 2009 - mesmo que a média atual, de US\$ 327 por mês (R\$ 664,76), continue violentamente abaixo da média mundial. O valor é ainda seis vezes mais barato que o salário de um trabalhador brasileiro, e 24 vezes menor que o rendimento médio nos Estados Unidos. Em 1998, um chinês ganhava 40 vezes menos que o norte-americano." (CUSTO da mão de obra chinesa sobe e indica mudanças, 4 set. 2012).

são uma realidade chinesa, embora não seja a única fonte explicativa do desenvolvimento chinês. Por isso, como destacado por Arrighi, a vantagem chinesa não se deve somente ao fato de ter apenas uma força de trabalho barata, mas uma oferta abundante de força de trabalho *qualificada* e barata. Como nos recorda esse autor,

[...] mesmo em áreas urbanas, a principal vantagem competitiva dos produtores chineses não é o salário baixo por si só, mas o uso de técnicas que empregam mão de obra instruída e barata, em vez de máquinas e administradores caros. Um bom exemplo disso é a fábrica de automóveis Wanfeng, perto de Xangai, onde não há um único robô à vista. Como em muitas outras fábricas chinesas, as linhas de montagem são ocupadas por fileiras de rapazes recém-saídos das muitas escolas técnicas da China, os quais trabalham com pouco mais do que grandes furadeiras elétricas, chaves de boca e martelos de borracha. (ARRIGHI, 2009, p. 371).

O relevante, como destacado por Fenby (2009), é que “A economia socialista de mercado cresceu 10 vezes em três décadas, impulsionada pela mão de obra barata, pelo capital barato e pela alta produtividade, que cresceu 20 por cento ao ano desde 1996.” (p. xxxiii). Para esse mesmo autor, as grandes corporações e a poupança do Estado e das famílias tem garantido os investimentos e as indústrias de exportação, transformando um país relativamente pobre em um espaço central do sistema global. Evidências desse papel relevante da China no cenário internacional não devem ser vistas apenas na expansão da pauta de exportações de produtos feitos naquele país, sejam eles de empresas multinacionais ou chinesas. Isso porque a China vem se tornando um ator geopolítico cada vez mais importante do ponto de vista global.

Por isso, em nossa opinião, o principal ator responsável pelo notável processo de desenvolvimento chinês é o Estado. Manuel Castells (1999) denomina a situação chinesa como “[...] nacionalismo desenvolvimentista chinês com características socialistas.” (p. 348). E ressalta que “A modernização e a abertura internacional da China é (e era) uma política estatal deliberada, elaborada e controlada até agora pelos líderes do Partido Comunista.” (p. 349). Desde o início do processo de abertura econômica (1978), liderado por Deng Xiaoping, o Estado chinês tomou as rédeas

do processo, controlando fluxos de força de trabalho e de investimentos. Nesse último aspecto, a criação de Zonas Econômicas Especiais evidenciou o controle do aparato estatal sobre os rumos do desenvolvimento, como mostrado pelo autor citado.

A criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) figura dentre as ações que mais representam a abertura econômica chinesa, bem como exercem um papel importante na descentralização, um objetivo da “Era Deng”. As diferenças entre as “duas fases” (Mao e Xiaoping) é nítida, principalmente no tocante à descentralização, à descoletivização das áreas rurais, o grau de intervenção do Estado desenvolvimentista quanto às empresas privadas e públicas e a aceitação, mesmo sob controle e regras mais ou menos rígidas, do capital privado e internacional. As propostas liberalizantes ganham espaço no período de reforma e abertura, alcançando status de política econômica.

A presença maciça das ZEE no litoral, marcadas pela instalação de empresas multinacionais, também contribui para a proeminência desta região para o Estado chinês. Como características dessa diferenciação regional, podemos mencionar a mão de obra barata e abundante, o funcionamento como economia de mercado, a isenção de impostos, a entrada do capital estrangeiro e a vigência de um regime especial; tudo isso foi distanciando a zona litorânea do restante do país. Ainda que seja uma política de caráter nacional, pode-se dizer que a opção pelo socialismo de mercado através das ZEE nas regiões costeiras levou ao crescimento e desenvolvimento desiguais⁴, tanto em aspectos econômicos quanto sociais, embora tenha servido para aumentar e diversificar a origem dos investimentos externos diretos, antes provenientes em sua maioria de Hong Kong, Taiwan e dos demais países asiáticos.

No tocante ao comércio exterior, pode-se dizer que a imagem da China mundo afora vem mudando. Seu *status* de manufatureira de produtos de baixo valor agregado – vide os *Made in China*, está dividindo ou até mesmo perdendo espaço para um outro *status*, qual seja o de transição, onde a estrutura produtiva chinesa vem sofrendo radicais mudanças em prol do investimento na capacitação tecnológica – através de políticas de educação

⁴ Para detalhes sobre esse tópico, ver Ruiz (2006) e Harvey (2008).

e da indústria de produtos de alto valor agregado. Entretanto, não se pode deixar de lado um breve olhar político sobre a situação comercial chinesa. Observa-se, neste novo padrão em construção, uma queda do controle e intervenção do governo central, principalmente a partir da década de 1980, pois o exercício do planejamento e da regulação é evidentemente menor do que nas décadas de 1950 e 1960. A competitividade da China, que exerce forte peso no seu desempenho comercial e econômico, existe graças a não só, mas também, aos baixos salários dos trabalhadores. Além dos baixos salários, a estagnação salarial⁵, atrelada ao estímulo à poupança nacional (incentivada pelo Estado) também exerce forte influência no nível de competitividade chinês – agora em termos de um Estado com um dos maiores níveis de poupança no PIB, demonstrando capacidade de autofinanciamento de projetos nacionais.

O que queremos deixar também registrado nessa exposição é que o processo de desenvolvimento chinês é bastante complexo, e o processo de reforma e abertura trilhou um caminho bastante distinto de outras experiências periféricas. O governo de Deng Xiaoping criou as linhas do processo de descentralização e abertura econômica. Procurou-se, de maneira gradual e por uma estratégia de tentativa e erro, primeiramente aumentar a produtividade do campo, para que este pudesse sustentar o crescimento urbano-industrial que era procurado. Em um segundo momento, o governo buscou usar o dinamismo internacional para acelerar o início da industrialização no país. A força de trabalho de baixo custo combinada com facilidades fornecidas pelo governo era vista como o fator principal de atração do capital internacional – a China, também, já gozava de uma inserção internacional interessante, por exemplo, sendo parceiro preferencial dos EUA desde 1972. Essa estratégia, apesar de ter impulsionado o crescimento do país desde o início, só alcançou um maior sucesso no início da década de 1990. Os investidores estrangeiros, que na sua maioria eram chineses morando no exterior, parecem ter se convencido das vantagens de investir no país apenas após as garantias dadas pela cúpula do governo chinês em 1992, que afirmou que a desregulamentação da economia seria bastante abrangente. Neste movimento de abrir a economia, os planos do governo, descritos no plano quinquenal de 1984, envolveram

⁵ Ponto abordado por Ho-Fung (2011).

a especialização das províncias e regiões do país. Essa especialização, como se viu, aumentou as desigualdades no país em duas formas: entre regiões e entre o campo e a cidade. Além disso, a crescente privatização das atividades econômicas e a diminuição da assistência do Estado contribuíram para um aumento da diferença de renda entre os cidadãos. O índice de Gini do país aumentou sem interrupções desde a década de 1990, chegando hoje a ser o maior entre as grandes economias do leste asiático.

Mencionemos, ainda que superficialmente, dois outros aspectos importantes que contribuem para a compreensão do processo de desenvolvimento chinês. Um deles refere-se à diáspora capitalista chinesa, assinalada por Arrighi (1997) porque, segundo esse autor, o grosso dos investimentos naquele país, desde o início dos anos 1990, veio da diáspora capitalista chinesa, isto é, dos recursos dos chineses de Taiwan e Hong Kong:

Quando a expansão transfronteira começou, a diáspora capitalista chinesa tornou-se o principal intermediário entre os negócios japoneses e locais em Cingapura, Hong Kong e Taiwan – onde os chineses étnicos constituíam a maioria da população – e, mais tarde, na maioria dos países da Associação das Nações do Leste Asiático, onde os chineses étnicos eram uma minoria, mas ocupavam uma posição de comando nas redes locais de negócios. A expansão transfronteira do sistema japonês de subcontratação de múltiplas camadas foi dessa forma sustentada, não apenas por apoio político norte-americano “vindo de cima”, mas também por apoio comercial e financeiro chinês “vindo de baixo”. (ARRIGHI, 1997, p. 125).

O segundo aspecto tem relação com um instrumento da política macroeconômica, o regime de câmbio. O *yuan* desvalorizado e fixo em relação ao dólar desde 1994, é um estimulante claro às exportações chinesas. Embora seja considerada uma prática desleal para com a concorrência mundial por terceiros, tal política expressa a autonomia da política macroeconômica chinesa, subordinada ao projeto de desenvolvimento daquele país. Como sintetizado por Vieira (2006):

Um breve histórico da evolução do regime cambial da China remete à constatação de que, ao longo do processo de reformas que se inicia a partir de fins dos anos 1970, o regime de câmbio chinês evoluiu de um mecanismo centralizado de controle para um sistema dual de taxa de câmbio (1986), seguido por um período de flutuação administrada

com uma banda restrita até o regime atual, que atrela a taxa de câmbio ao dólar, desde 1994. Ao longo do ano de 1994 e início de 1995, houve uma apreciação cambial, onde a taxa passou de 8,7 yuan/dólar em início de 1994 para 8,3 yuan/dólar em maio de 1995, permanecendo estável com ligeira apreciação em outubro de 1997 (8,28 yuan / dólar). Embora o regime, desde início de 1994, seja formalmente considerado como o de flexibilidade administrada com uma banda restrita, na prática, o que se percebe é uma taxa de câmbio rígida atrelada ao dólar. (VIEIRA, 2006, p. 410-111).

Em síntese, e concordando com Jeffrey Frieden (2008), ressaltamos aqui que a transformação pela qual vem passando a China é a mais importante e impactante, por se tratar da nação mais populosa do mundo. Com Deng Xiaoping⁶ no poder, “O governo chinês devolveu as propriedades agrícolas aos fazendeiros particulares, afastou o governo central da maioria das atividades econômicas, estabeleceu áreas especiais de produção para exportação e acolheu as corporações internacionais. O produto nacional quadruplicou em 20 anos e o padrão de vida triplicou.” (p. 450). Vários estudiosos estão apontando a China como uma potência em ascensão, destacando a possibilidade de esse país ser o epicentro de um “Século XXI asiático”. Evidências desse cenário passam pelo notável crescimento econômico chinês, pela importância crescente de sua produção manufatureira em escala global e pelo recente incremento de investimentos externos desse país em vários países em desenvolvimento, especialmente, mas não exclusivamente, na África e na América Latina. Uma hipótese a ser aprofundada é que a China, em sua autodenominada estratégia de “ascensão pacífica”, está ocupando espaços econômicos ao redor do planeta em um momento de crise sistêmica, para se tornar um novo centro hegemônico, apesar da retórica de negação desse papel por parte dos governantes chineses.

É importante frisar aqui que, pensando em termos sistêmicos, a situação geral chinesa deve ser vista em perspectiva mais ampliada, inserida no quadro mais geral das transformações ocorridas no Leste Asiático desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Arrighi (1997), por exemplo,

⁶ Para uma compreensão mínima do papel estratégico desse líder no processo de desenvolvimento chinês, ler *A China de Deng Xiaoping*, de Michael Marti (2007).

argumenta que o crescimento explosivo do Leste Asiático desde o final da Segunda Guerra Mundial “se parece com um foguete de três estágios.” (p. 127). O primeiro estágio da expansão teve como principal agente os Estados Unidos, cujas estratégias geopolíticas favoreceram enormemente o Japão, que não teve que bancar os custos de proteção (militares) e pôde dedicar assim suas energias para a reestruturação econômica (modelo de subcontratação de múltiplas camadas). No segundo estágio, o Japão ampliou suas conexões com as economias do entorno asiático, em busca de força de trabalho, sendo o agente da expansão da região. No terceiro estágio, é o próprio governo chinês que parece ser o principal agente da expansão, agindo em consonância com a diáspora mercantil chinesa.

Em seu estudo sobre o desenvolvimento na região do Pacífico Asiático, Manuel Castells (1999) apresenta as características comuns entre as experiências de Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong (os Tigres Asiáticos). Segundo ele, “O primeiro fator comum diz respeito à existência de uma situação de emergência na sociedade, resultante de grandes tensões e conflitos políticos.” (p. 318). Isso porque, na origem de seus processos de desenvolvimento, todos os quatro foram pautados por medidas de sobrevivência. A Coréia do Sul e Taiwan, emergindo de situações de guerra civil. Hong Kong e Cingapura, emparedados pelo contexto geopolítico⁷. O segundo fator, de acordo com o autor, “É que todos os quatro processos de desenvolvimento eram baseados na orientação da economia voltada para o exterior e, mais especificamente, no sucesso da exportação de produtos industrializados, tendo em vista sobretudo o mercado norte-americano.” (CASTELLS, 1999, p. 319). Para Castells, o terceiro fator comum “[...] é a ausência de uma classe de proprietários rurais, inexistentes em Hong Kong e Cingapura e eliminados (ou transformados em industriais) na Coréia do Sul e Taiwan pelas reformas agrárias de inspiração norte-americana dos anos 50.” (CASTELLS, 1999, p. 319-320). O quarto fator comum foi “[...] a disponibilidade de mão-de-obra instruída, capaz de se requalificar durante o processo de melhoria do nível industrial, com alta produtividade

⁷ “Na verdade, foi seu papel vis-à-vis a China, aliado ao sucesso econômico, que evitou a adesão de Hong Kong ao processo de descolonização, visto que nem o Reino Unido, nem a China poderiam aceitar sua independência. Também é o caso de Cingapura, a princípio impedida pelas tropas britânicas de ser anexada pela Indonésia, depois expulsa da Federação da Malásia em 1965 e abandonada a sua própria sorte pela Grã-Bretanha em 1965-68, sendo em seguida salva política e economicamente graças a seu apoio ao esforço norte-americano na Guerra do Vietnã.” (CASTELLS, 1999, p. 318).

e nível salarial baixo para os padrões internacionais.” (CASTELLS, 1999, p. 320). Em outras palavras, a força de trabalho disciplinada, eficiente e relativamente barata constituiu elemento fundamental no desenvolvimento asiático⁸. O quinto fator, para o autor que aqui estamos citando, “[...] foi a capacidade de adaptação dessas economias ao paradigma informacional e ao padrão da economia global em constante mudança, galgando a escada do desenvolvimento por meio de aperfeiçoamento tecnológico, expansão de mercado e diversificação econômica.” (CASTELLS, 1999, p. 321). Aqui, o contraste com a América Latina e África é inevitável. Porque, ao fim e ao cabo, essas experiências do Leste Asiático se pautaram por atividades produtivas geradoras de maior valor agregado, o que as diferencia do padrão latino-americano e africano.

Manuel Castells também argumenta que o mais significativo elemento comum nas experiências dos tigres asiáticos é o *papel do Estado no processo de desenvolvimento*. O autor explica o sucesso desenvolvimentista dos Estados dos tigres asiáticos nos seguintes termos: a) eram Estados vassalos. Essa condição “[...] garantiu a segurança, aliviou grande parte da carga representada por gastos com a defesa desses países e, nos primeiros estágios decisivos, facilitou seu acesso aos mercados mundiais.” (p. 329-330); b) foi construído um aparato estatal tecnocrático eficiente. O autor quer dizer que, no geral, “[...] esses Estados eram mais tecnocráticos que burocráticos, pois seus aparatos eram instalados para implementar um projeto estratégico histórico e não apenas (mas também) para colher os benefícios da ditadura.” (CASTELLS, 1999, p. 330); c) capacidade política para impor e incorporar sua lógica à sociedade. Segundo Castells, “As classes sociais dominantes tradicionais foram destruídas, desorganizadas ou submetidas à autoridade do Estado, à exceção de Hong

⁸ É importante deixar registrado o seguinte: “[...] em todos os quatro países, a disciplina dos trabalhadores foi imposta primeiro por força de repressão. Mas em todos os casos também havia poderosos elementos de integração social que explicam o motivo pelo qual uma população historicamente rebelde acabou se acomodando à exploração que caracterizou as condições de trabalho e de vida da maioria das pessoas durante a maior parte do período de desenvolvimento. Primordial entre os fatores de integração, foi a melhoria real dos padrões de vida dos trabalhadores. O que era salário baixo para o trabalhador norte-americano ou japonês significava uma fortuna para a força de trabalho industrial dos países pobres do Leste Asiático. Além do mais, dados indicam uma diminuição na desigualdade de renda durante o primeiro estágio de desenvolvimento e grande aumento dos salários reais ao longo de três décadas. Somando-se a isso, no caso de Hong Kong e Cingapura, uma versão particular de Estado do bem-estar social – materialmente organizado em torno de projetos de habitação popular e novas cidades – que foi essencial tanto à melhoria das condições de vida como ao estabelecimento da legitimidade política do Estado e de seu controle social.” (CASTELLS, 1999, p. 320-321).

Kong.” (CASTELLS, 1999, p. 331); d) os quatro Estados elaboraram, com relação à classe trabalhadora, estratégias de integração para complementar a repressão: “Todos os quatro Estados contaram com o crescimento econômico e a melhoria dos padrões de vida, inclusive o acesso à educação e à saúde, para manter os trabalhadores contentes. De fato, a estratégia foi efetiva durante quase todo o período.” (CASTELLS, 1999, p. 332). Já Jeffrey Frieden (2008), ao tratar especificamente da Coreia do Sul e Taiwan, faz a seguinte síntese:

Coreia do Sul e Taiwan começaram quase do zero, em meados dos anos 1950, depois de guerras civis devastadoras. Por uma década ou mais, adotaram políticas típicas de substituição de importações, mas sem a longa experiência de independência da América Latina. Além disso, os novos setores industriais das nações do Leste Asiático eram mais fracos e menos comprometidos com o protecionismo. Ao fim da década de 1960, Coreia do Sul e Taiwan começaram a incentivar seus capitalistas a produzirem bens industriais para consumidores estrangeiros, em especial para os norte-americanos. Esses governos utilizaram técnicas variadas para impulsionar as exportações, como empréstimos a custo baixo e isenção de impostos para os exportadores, e uma moeda muito fraca para tornar os produtos coreanos e taiwaneses artificialmente baratos. Ambos os governos continuaram a proteger suas indústrias, mas deram destaque à produção para exportação. Diferentemente da maior parte da América Latina e da África, as duas economias do Leste Asiático – bem como, e até mais, Hong Kong e Cingapura – tinham menos recursos naturais exportáveis e menos escolha a não ser se beneficiar dos baixos salários para produzir manufaturados simples e vendê-los no exterior. A nova estratégia de desenvolvimento de industrialização orientada para a exportação (IOE) promoveu e subsidiou a manufatura voltada para os mercados estrangeiros. (FRIEDEN, 2008, p. 448).

Giovanni Arrighi (1997) também argumenta que “O sinal mais importante da ascensão do Leste Asiático a novo epicentro dos processos sistêmicos de acumulação do capital é que diversas de suas jurisdições fizeram importantes avanços nas hierarquias de valor agregado e financeiras da economia capitalista mundial.” (p. 101). Isso é importante ser reforçado porque esses países, com o tempo, passaram a produzir em seus territórios

mercadorias com cada vez maior valor agregado⁹, além de se transformarem em centros financeiros importantes. Ou seja, passaram a dominar a produção e cada vez mais participarem das finanças globais¹⁰. O que está ficando cada vez mais evidente é que a China, em escala ampliada, está seguindo esse padrão de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a América Latina seguiu outro caminho e outro padrão de desenvolvimento, como mostraremos a seguir.

A TRAJETÓRIA LATINO-AMERICANA DE 1980 EM DIANTE

Como argumentado por Giovanni Arrighi em *O longo Século XX* (1996), o início da década de 1970 marca o fim da fase de expansão material e predomínio da acumulação na esfera financeira em escala mundial. Dentro da perspectiva dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, o aumento da disponibilidade e da mobilidade de capital circulante em âmbito mundial, resultante do esgotamento da expansão material, levou à redução dos investimentos externos direto dos EUA em todo o mundo, inclusive, na América Latina. Isso porque, na fase de expansão financeira, predomina a realização e acumulação de capital na esfera financeira. Em 1971, quando o regime de câmbio fixo se tornou insustentável para o governo norte-americano, os países da América Latina foram profundamente afetados, pois o valor de suas receitas de exportação, dos seus pagamentos pelas importações e das receitas governamentais oscilam com a volatilidade do câmbio.

Como grande parte desses países não possuía reservas suficientes para sustentar essas variações, o governo norte-americano estimulou o endividamento externo - alternativa extremamente vantajosa para os capitalistas em um momento de liberalização do crédito e do mercado financeiro internacional, porém, demasiado custosa para seus tomadores.

⁹ “Essas jurisdições constituem um arquipélago capitalista – um conjunto de ilhas de capitalismo que se elevam acima de um mar de trocas horizontais, entre mercados locais e mundiais, através da centralização, dentro de seus territórios, de lucros de larga escala e atividades de alto valor agregado. Abaixo desse mar, ficam as gigantescas massas trabalhadoras extremamente industriais e de baixo custo de todas as regiões do nordeste e sudeste asiático, nas quais as ‘ilhas’ capitalistas fincam suas raízes, porém sem fornecer-lhes os meios necessários para se elevarem ao ‘nível do mar’ ou acima dele.” (ARRIGHI, 1997, p. 101).

¹⁰ A recente polemica nos EUA, acerca do aumento do teto da dívida, colocou explicitamente em evidência o poder financeiro chinês, porque a China possui US\$ 1 trilhão em títulos da dívida externa estadunidense. Além disso, esse país constituiu recentemente um fundo soberano de riqueza que está adquirindo ativos em várias economias do mundo, em especial nos EUA. Para maiores informações, ver Ouriques, Vieira e Arienti (2011).

Assim, os países da América Latina participaram da expansão financeira “[...] através de sua demanda por recursos para contrabalançar os efeitos devastadores das crises financeiras.” (ARRIGHI, 1996, p. 322).

Nesse contexto, a política monetária restritiva adotada por Paul Volcker em 1979, embora não tenha solucionado a crise de superacumulação norte-americana, serviu, contudo, para colocar os países do Terceiro Mundo em posição extremamente delicada. A multiplicação da dívida externa, resultado do aumento das taxas de juros internacionais, somada a grande queda nos preços reais das exportações desses países, devido à redução da demanda global de produtos primários, levou diversos países ao colapso. A moratória mexicana em 1982 foi apenas o primeiro, pois “As crises financeiras eram tanto endêmicas como contagiosas.” (HARVEY, 2008, p. 103). Segundo Wallerstein (2002),

Os anos 1980 foram marcados por uma sucessão de dificuldades econômicas para os países periféricos e semiperiféricos. Em quase todos eles, dois elementos estavam presentes. O primeiro elemento comum era o descontentamento popular com o regime no poder, seguido de decepção política. [...] O segundo elemento foi a dura atitude financeira dos países da OCDE. Como faziam face a suas próprias dificuldades econômicas, eles mostravam pouca paciência com os problemas financeiros dos governos do Terceiro Mundo e socialistas. Estes últimos tiveram de aceitar condições rigorosas do FMI, receberam ajuda risível e foram submetidos a sermões sobre as virtudes do mercado e da privatização. A indulgência keynesiana dos anos 1950 e 1960 ficara para trás. (WALLERSTEIN, 2002, p. 127-128).

O cenário na América Latina, por exemplo, foi devastador ao longo dos anos 1980, como evidenciado nas tabelas abaixo. A situação foi tão catastrófica que a década ficou conhecida na história econômica como “a década perdida”, como evidenciam as tabelas abaixo.

Tabela 1- PIB per capita das economias em desenvolvimento – 1980-90 (taxa anual de crescimento do PIB per capita em %).

Região	1981-90	1991-95
Países em desenvolvimento	1,0	2,9
América Latina	-0,9	0,8
África	-0,9	-1,3
Oeste da Ásia	-5,3	-0,6
Sul e Sudeste Asiático	3,9	4,0
China	7,5	10,2

Fonte: CASTELLS, 1999, p. 109.

Tabela 2 – Pobreza por região, anos selecionados, 1987-98 (Pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia (milhões)).

Região	1987	1990	1993	1996	1998
Leste Asiático e Pacífico	417,5	452,4	431,9	265,1	278,3
Europa e Ásia Central	1,1	7,1	18,3	23,8	24,0
América Latina e Caribe	63,7	73,8	70,8	76,0	78,2
Or. Médio e N. da África	9,3	5,7	5,0	5,0	5,5
Sul da Ásia	474,4	495,1	505,1	531,7	522,0
África Subsaariana	217,2	242,3	273,3	289,0	290,9
Total excluindo a China	879,8	915,9	955,9	980,5	985,7
China	303,4	360,4	348,4	210,0	213,2
TOTAL	1.183,2	1.276,4	1.304,3	1.190,6	1.198,9

Fonte: ESTENSSORO, 2003, p. 87.

Tabela 3 – Dívida externa latino-americana, 1970-1998 (milhões de US\$)

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1998
Serviço da dívida	5.129	12.438	46.006	47.973	43.853	77.967	112.889
Dívida total	32.552	82.740	257.266	408.525	474.892	636.594	786.019

Fonte: ESTENSSORO, 2003, p. 103.

Esses números, que de tão evidentes não precisam ser aqui detalhados, expressam o verdadeiro fracasso *para e nos* países latino-americanos, das políticas de ajuste e estabilização implantadas a partir do início dos anos 1980. Voltando a mencionar o que já dissemos anteriormente,

A década de 80 foi marcada na América Latina por uma ofensiva liberal muito forte em torno do ajuste de suas economias para pagar o endividamento externo. Num período em que as taxas de juros se elevaram extremamente, a região foi obrigada a ajustar-se à criação de

um excedente exportador. Criou-se um grande superávit comercial para destiná-lo ao pagamento de juros extremamente escorchantes. (SANTOS, 2000, p. 22).

Segundo esse mesmo autor,

A geração deste excedente, cada vez maior, que não se converte em investimento interno e sim se destina ao pagamento de juros e outros tributos coloniais, obrigou a um aumento da distribuição negativa da renda. Para gerá-lo, foi necessária uma rebaixa brutal dos níveis salariais e da participação dos salários nas rendas nacionais. Portanto, também aumentou a marginalização social, a pobreza e mais ainda do que a pobreza, a indigência no Terceiro Mundo e na América Latina. (SANTOS, 2000, p. 23).

Opinião semelhante sobre a situação latino-americana é dada também por Cano (2000):

Nos anos 1980, como consequência da reestruturação nos países centrais, observa-se uma preocupação com a salvaguarda do sistema financeiro internacional e, no que diz respeito à América Latina, a pressão pelo pagamento, ao menos de parte, dos juros do endividamento dos anos anteriores. A banca internacional cortou o crédito externo e os EUA, percebendo que dessa forma seria impossível o cumprimento, ainda que parcial, do serviço da dívida, prestaram alguns 'socorros' emergenciais (o do México foi o mais volumoso), com empréstimos de duração não superior a um ano. Adicionalmente, sob a égide do FMI, eram concedidas algumas ajudas oficiais, cujo principal objetivo, na verdade, era contrair drasticamente todos os segmentos da demanda interna, para permitir a geração de excedentes exportáveis que pudessem, de alguma forma, pagar parte do débito. (p. 296).

O destino trágico da América Latina durante os anos 1980 e meados dos anos 1990 foi jogado na potência hegemônica então em crise, os Estados Unidos. Diante do risco de grandes perdas para os banqueiros norte-americanos, quando da derrocada do México em 1982, o governo Reagan uniu os poderes do Tesouro norte-americano e do FMI para resolver a dificuldade rolando a dívida, mas exigiu em troca a implantação de reformas liberais. O reescalonamento da dívida dependia, portanto, da adoção de medidas de austeridade fiscal, abertura comercial, privatizações,

etc. por parte dos países devedores. Os EUA pregavam na América Latina a tradicional cantilena neoclássica: abrir as fronteiras econômicas, permitir o investimento estrangeiro, criar a infraestrutura necessária para fomentar o desenvolvimento, concentrar-se em atividades para as quais esses países teriam “vantagem comparativa”.

Vejamos como o historiador Jeffrey Frieden (2008) sintetiza o cenário daquele período, iniciado com a crise da dívida mexicana:

Um depois do outro, os principais governos devedores lutavam para gerar moeda estrangeira e as receitas governamentais necessárias para pagar seus credores até que, finalmente, suas economias entraram em colapso. Até 1983, 34 países socialistas ou em desenvolvimento estavam renegociando formalmente suas dívidas e mais alguns passavam por problemas sérios. A América Latina estava gastando aproximadamente metade dos seus ganhos em exportações para pagar os juros e o capital de suas dívidas no exterior, sobrando pouco para comprar os produtos importados de que precisava. Os credores se organizaram para proteger seus interesses, criando um formato-padrão para a renegociação da dívida. O devedor devia procurar o Fundo Monetário Internacional para esboçar um programa de estabilização macroeconômica e ajustes econômicos. O FMI e o devedor acordariam metas de inflação, gastos governamentais, déficits orçamentários e outros. Se o FMI estivesse convencido de que o governo modificaria as políticas, ele emprestaria um pequeno volume de recursos, em prestações, que poderiam ser interrompidas se o governo falhasse com suas obrigações. Os banqueiros privados internacionais consideravam o acordo com o FMI um selo de aprovação e exigiam que os devedores buscassem o Fundo antes de renegociar suas dívidas. (FRIEDEN, 2008, p. 399-400).

As políticas neoliberais na América Latina de maneira geral contribuíram temporariamente para o equilíbrio das contas fiscais, mas em pouco tempo, os desequilíbrios tornaram-se evidentes. A abertura da economia conduziu a um processo de substituição da produção nacional por importações, sobretudo, nos setores de maior valor agregado e conteúdo tecnológico. Além disso, as privatizações de grandes empresas públicas e incorporação de investimentos privados diretos aumentaram a participação do capital estrangeiro e implicaram na perda do controle de setores estruturais da soberania nacional.

David Harvey observa que, ainda que os resultados variem de acordo com as especificidades de cada país, “[...] um fato persistente no âmbito dessa complexa história da neoliberalização desigual tem sido a tendência universal a aumentar a desigualdade social e expor os membros menos afortunados de toda e qualquer sociedade [...] ao frio glacial da austeridade e ao destino tenebroso da crescente marginalidade.” (HARVEY, 2008, p. 128). Com base nos números apresentados acima, somos levados a concordar com suas afirmações.

AMÉRICA LATINA/BRASIL E LESTE ASIÁTICO/CHINA: TRAJETÓRIAS DISTINTAS

Portanto, resumidamente e vista em perspectiva, a comparação de trajetórias desde os anos 1980 entre o Leste Asiático/China e a América Latina/Brasil, evidencia contrastes. Na América Latina e no Brasil, foram priorizadas políticas de ajuste e reestruturação, enquanto que na China ocorreu um processo de reforma e abertura, mas com supervisão e controle do Estado. Segundo Amsden (2010), todos os países da industrialização tardia do pós-guerra compartilhavam o mesmo conjunto de instituições desenvolvimentistas. Mas, a partir de meados dos anos 1980, começa uma bifurcação em dois grupos: “[...] dos países independentes – como China, Coreia do Sul, Índia e Taiwan – que investiram na produção autóctone de tecnologia; e o dos integracionistas – Brasil, Chile, Argentina, México e Turquia – ou seja, aqueles países que teriam optado por não estimular intensamente a capacitação tecnológica própria e apoiar a formação de grandes empresas nacionais.” (AMSDEN, 2009, p. 16).

A partir de agora, apresentaremos alguns indicadores comparativos entre a China e América Latina/Brasil, que servirão de ilustração para evidenciarmos a hipótese aqui aventada de que as estratégias locais devem também ser levadas em conta ao tentarmos construir uma interpretação sistêmica acerca da conjuntura. Essas estratégias locais, combinadas aos determinantes sistêmicos, ajudam a explicar porque a China está em uma trajetória ascendente na atual conjuntura da economia-mundo capitalista, mesmo que ainda não consolidada, e a América Latina e o Brasil, por enquanto, parecem estacionados em suas posições periféricas e semiperiférica.

A Tabela 4, que mostra o PIB per capita (em paridade de poder de compra) em relação do PIB per capita dos EUA, em percentuais, entre 1980 e 2010, evidencia a ascensão sul-coreana, japonesa e chinesa. Ao mesmo tempo, mostra uma perda de posição do Brasil, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela e uma estagnação da situação mexicana. É notório o avanço chinês, cujo PIB per capita passou de 2,1% do PIB per capita dos EUA em 1980 para 16,1% em 2010. É óbvio que se trata de um patamar muito baixo em 2010, somente superando o indiano (no conjunto de países selecionados). Mesmo assim, trata-se de um movimento ascendente nos últimos 30 anos, muito distinto do movimento de estagnação e declínio de todos os países latino-americanos selecionados (com exceção do Chile).

Tabela 4 - PIB per capita PPP em relação ao PIB per capita dos EUA (%).

Países selecionados	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
África do Sul	33,1	27,7	24,2	21,7	18,5	19,5	21,8
Argentina	39,3	27,3	22,5	27,8	24,7	24,3	32,8
Brasil	27,5	23,7	22,1	22,5	19,1	19,2	23,3
Chile	18,5	14,5	18,7	26,0	25,0	26,9	30,8
China	2,1	2,9	3,5	5,4	6,6	9,5	18,1
Colômbia	20,7	17,8	18,3	20,1	16,1	16,3	19,1
Coréia do Sul	19,3	24,3	34,8	45,1	47,9	52,7	60,9
Índia	3,5	3,5	3,8	4,1	4,2	5,1	7,1
Japão	70,4	75,2	84,6	83,8	73,8	72,2	73,5
México	30,9	26,9	25,8	23,6	24,6	27,7	30,4
Venezuela	45,8	32,2	29,8	29,2	23,5	22,6	25,4

Fonte: World Bank. Elaboração própria.

A Tabela 5, que mostra o PIB total de um conjunto de países em relação ao PIB total dos EUA (em dólares constantes de 2000), também mostra o contraste de trajetórias de desenvolvimento. Enquanto Brasil, Argentina e México mantiveram-se estagnados nos trinta anos compreendidos entre 1980 e 2010 (com leve tendência ao declínio), a China saiu de um patamar de 3,56% do PIB dos EUA em 1980 para espantosos 28,11% em 2010.

Tabela 5 – PIB total, em relação ao PIB dos EUA, em % (US\$ constantes de 2000).

Países selecionados	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	8,37	7,53	7,10	7,29	6,51	6,64	7,96
China	3,576	5,05	6,29	9,91	12,11	17,12	28,11
Argentina	4,13	3,09	2,58	3,13	2,87	2,81	3,76
África do Sul	1,86	1,69	1,57	1,45	1,34	1,44	1,62
Chile	0,54	0,48	0,57	0,77	0,76	0,82	0,95
Colômbia	1,06	1,01	1,09	1,18	1,01	1,08	1,30
México	6,72	6,31	5,85	5,57	5,87	5,72	6,00
Japão	52,28	54,98	59,87	56,71	47,80	45,05	44,12
Índia	3,13	3,43	3,91	4,43	4,80	5,91	8,43
Coreia do Sul	2,49	3,09	4,18	5,38	5,39	5,96	6,94
Estados Unidos	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: World Bank. Elaboração própria.

Especifiquemos um pouco uma comparação entre Brasil e China, em alguns indicadores, para ampliarmos nossa percepção a respeito da diferença de trajetórias de desenvolvimento desses dois países. Estudo publicado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), em novembro de 2011, apresentou uma comparação entre a agenda de inovação da China e do Brasil. As Tabelas 6 e 7 expostas a seguir, mostram diferenças importantes nesses indicadores entre os dois países em questão.

Na Tabela 6, por exemplo, chama a atenção a diferença entre os dois países em termos de patentes depositadas no escritório norte-americano (USPTO) e nas publicações científicas internacionais. Como destacado pelo Boletim do IEDI (2011), há trinta anos, nosso país apresentava números bem melhores do que a China: “[...] depositava sete vezes mais patentes e sua produção científica era sessenta por cento maior que a chinesa. Hoje estes números mais que se inverteram: a produção científica chinesa, medida por publicações internacionais, é quase quatro vezes a brasileira e o número de patentes da China depositadas no USPTO é quase quinze vezes o correspondente do Brasil.” (IEDI, 2011, p. 4). Outra diferença importante é a performance da balança comercial chinesa em bens de alta intensidade tecnológica: 31% da pauta de exportação chinesa está associada a esse tipo de produtos, contra apenas 14% do Brasil. Como apontado pelo documento citado, “A China apresenta um saldo positivo na balança comercial de manufaturas de alta tecnologia (US\$ 113 bilhões quando se exclui a indústria química e US\$ 67 bilhões quando se inclui o

conjunto da química), enquanto o Brasil apresenta déficits (US\$ 18 bilhões sem a química e US\$ 31 bilhões com a inclusão do conjunto da indústria química.” (IEDI, 2011, p. 5).

Tabela 6 – Indicadores básicos dos sistemas de CT&I da China e do Brasil.

Indicador	Brasil (A)	China (B)	B/A
Pessoal em atividade em P&D (mil) 2008	128	1.965	15,4
Gastos Totais em P&D (bi US\$ ppc) 2009	23,5	155,3	6,6
Gasto Governamental em P&D (bi US\$ ppc) 2009	12,1	41,1	3,4
Gastos das Empresas em P&D (bi US\$ ppc) 2009	11,4	114,2	10,0
Gastos Totais em P&D/PIB (GERD) 2009	1,2	1,7	14
Saldo Comercial da Ind. Alta Tecnologia (bi US\$) 2009 (1)	-18,4	113,0	-
Saldo Comercial da Ind. Alta Tecnologia (bi US\$) 2009 (2)	-30,9	67,0	-
% Exportações Alta Tecnologia/Exp. Manufaturados	14,0	31,0	2,2
PhDs concluídos (2004)	8.109	23.446	2,9
PhDs concluídos (2009)	11.368	48.658	4,3
Matriculas na Pós-Graduação (C&E) – 2009	51.745	643.078	12,4
Papers (Thomson/ISI) – 1981	1.949	1.204	0,6
Papers (Thomson/ISI) – 2009	32.100	118.108	3,7
Patentes (USPTO) – 1980	53	7	0,1
Patentes (USPTO) – 2009	464	6.879	14,8
População (milhões de habitantes em 2011)	192,4	1.336,7	6,9
PIB (2009 – bi US\$ ppp)	1.958,8	9.135,3	4,7

Fonte: IEDI, 2011. (1) Informática, equipamento de telecomunicações, instrumentos médicos e ótica e aeronáutica; (2) idem ao anterior, mais o total da indústria química, inclusive farmacêutica.

Tabela 7 – Concluintes de ensino superior e da pós-graduação por área de estudo – Brasil e China: 2009 em número absoluto e per capita.

	Brasil	Brasil (%)	Brasil (p/10 mil hab)	China	China (%)	China (p/ 10 mil hab)
Ensino Superior (integral)	722.202	100,0	37,5	2.455.359	100,0	18,4
Ciências	64.291	8,9	3,3	264.494	10,8	2,0
Engenharia	38.826	5,4	2,0	763.635	31,1	5,7
Ensino Superior (3 anos)	104.726	100,0	5,4	2.855.664	100	21,4
Ciências	-	0	0,0	1.543	0,1	0,0
Engenharia	16.601	15,9	0,9	1.154.793	40,4	8,6
Ensino Superior (total)	826.928	100,0	43,0	5.311.023	100,0	39,7
Ciências	64.291	7,8	3,3	266.037	5,0	2,0
Engenharia	55.427	6,7	2,9	1.918.428	36,1	14,4
Doutores	11.368	100,0	0,5	48.658	100,0	0,4
Ciências	2.388	21,0	0,1	9.570	19,7	0,1
Engenharia	1.284	11,3	0,1	17.386	35,7	0,1
Mestres	38.800	100,0	1,9	322.615	100,0	2,4
Ciências	5.819	15,0	0,3	32.252	10,0	0,2
Engenharia	4.986	12,9	0,3	113.128	35,1	0,8

Fonte: IEDI, 2011.

A Tabela 6 também evidencia que o gasto em P&D da China, em relação ao PIB, é hoje cerca de 40% maior do que o brasileiro. Mas, como ressalta o próprio documento já citado, “[...] em função da diferença de tamanho entre as duas economias, isso implica em dispêndios anuais em CT&I [Ciência, Tecnologia & Inovação] seis vezes e meia maior na China que no Brasil, quando medido em dólares americanos pelo poder de paridade de compra.” (IEDI, 2011, p. 4).

Já a Tabela 7 evidencia o diferencial de recursos humanos nos dois países formados e alocados nos sistemas de CT&I. No caso chinês, o pessoal em atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento é quinze vezes o contingente equivalente do Brasil. Como mostram os dados, cerca de 35% dos mestres e 36% dos doutores formados na China são engenheiros. No Brasil, estes percentuais são de 13% e 11%, respectivamente. De acordo com o IEDI,

As matrículas em cursos de pós-graduação nas áreas de ciência, tecnologia e engenharia são doze vezes maiores na China. Esses números são significativos, pois a população chinesa é ‘apenas’ sete vezes maior que a brasileira. Em que pese os indicadores de escolaridade geral do Brasil serem até melhores que os da China, o viés da formação superior do sistema brasileiro, em que é muito baixo o percentual de egressos em cursos de engenharia, afeta negativamente a disponibilidade de recursos humanos no Brasil e salienta uma diferença importante entre os países, especialmente quando se trata do tema inovação. (IEDI, 2011, p. 5).

É importante também destacar que, para além da situação atual¹¹, de acordo com a mesma fonte, o Conselho de Estado do governo chinês, em 2010, lançou um novo plano para a formação de recursos humanos qualificados:

Entre os objetivos está elevar o número de pesquisadores a 3,8 milhões em 2020, com 40 mil cientistas de altíssima qualificação nas áreas-chave de inovação. Em termos per capita, a meta é elevar o número de

¹¹ “A grande diferença entre os sistemas de ensino superior dos dois países está exatamente no perfil dos egressos: na China, 5,0% destes egressos se formam na área de ciências e 36,1% em engenharia (formação integral e de três anos). No Brasil, os percentuais equivalentes são de 7,8 e 6,7%, respectivamente. Em termos absolutos, as diferenças são marcantes. Os egressos em ciências e engenharia na China, em 2009, eram mais de 1 milhão de jovens em cursos de formação plena e outros 1,1 milhão em cursos de tecnólogos (3 anos), enquanto no Brasil os egressos nas áreas de ciência e engenharia eram de aproximadamente 120 mil jovens, incluindo a formação plena e tecnólogos.” (IEDI, 2011, p. 11).

pesquisadores para 43 por mil habitantes até 2020 (ante 25 por mil em 2008), bem como aumentar a escolaridade bruta superior de 24% para 40% em dez anos. (IEDI, 2011, p. 12).

Lendo esses números e essas informações, podemos concordar com a observação de Amsden (2009), acerca da divisão entre os países do resto: “A causa da divisão girou em torno das habilidades competitivas, das capacidades e dos ativos baseados no conhecimento que, segundo arguimos, estão na raiz do retardo ou da retomada.” (p. 485).

Um dos resultados dessa bifurcação, no caso específico das relações econômicas entre Brasil e China, é o estudo realizado por Acioly et al. (2011), que mostra que a ampliação da corrente de comércio entre os dois países veio acompanhada de pressão competitiva das manufaturas chinesas sobre a indústria brasileira. Para esses autores,

O efeito China tem gerado: i) especialização regressiva da pauta exportadora – entendida como o aumento da participação relativa dos produtos básicos para a exportação; ii) significativo déficit comercial para o Brasil no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica; e iii) perda na participação das exportações brasileiras de maior intensidade tecnológica em terceiros mercados (Europa, Estados Unidos e América Latina), em virtude da expansão das exportações chinesas. (p. 345).

Antes de direcionarmos nosso texto para o final, vamos tecer algumas considerações comparativas acerca da trajetória recente da América Latina e da China. Barbosa (2011), ao contrapor as estratégias das duas regiões durante os anos 1990, mostra que as trajetórias macroeconômicas dos países latino-americanos e da China foram claramente divergentes. No caso chinês, o dinamismo esteve ancorado “[...] em altas taxas de investimento, as quais se explicam pela expansão das exportações, pelo alto nível do gasto público e pela expansão do mercado interno – cujo potencial está longe de se esgotar – em um contexto de extrema cautela quanto à liberalização do mercado de capitais e de moeda razoavelmente desvalorizada.” (BARBOSA, 2011, p. 270). Por outro lado, na América Latina, “[...] verifica-se uma racionalização produtiva, com desintegração vertical e aumento de conteúdo importado, especialmente nos segmentos

mais dinâmicos do comércio e de maior produtividade.” (BARBOSA, 2011, p. 271). Ainda de acordo com o autor, na América Latina,

Obtém-se um duplo processo de concentração das exportações em produtos intensivos em produtos naturais e de generalização das maquiladoras, as quais se destacam pelas exportações em produtos intensivos em recursos naturais e de generalização das maquiladoras, as quais se destacam pelas exportações de manufaturas com baixo valor agregado no mercado interno. (BARBOSA, 2011, p. 271).

É importante não perdermos de vista aqui o contexto mais geral acerca das situações da América Latina e na China. Giovanni Arrighi (2009), ao discutir a dinâmica social da turbulência global, enfatiza que, graças à estratégia dos EUA de tentar reverter seu declínio econômico relativo, ocorreu uma “[...] grande bifurcação no destino das regiões meridionais nas décadas de 1980 e 1990.” (p. 157). Para entender essa bifurcação, vale a pena transcrevermos uma longa citação a respeito do assunto:

Regiões que, por razões históricas, apresentavam boa vantagem na concorrência pela participação na expansão da demanda norte-americana por produtos industriais baratos, mais notadamente a *Ásia oriental*, tenderam a se beneficiar do redirecionamento do fluxo de capital, porque a melhora de seu balanço de pagamentos reduziu a necessidade de competir com os EUA no mercado financeiro mundial e chegou a transformar algumas delas em grandes credores destes. Outras regiões, principalmente a África subsaariana e a América Latina, tinham, por razões históricas, mais desvantagens na briga por um quinhão da demanda norte-americana. Estas tenderam a sofrer dificuldades no balanço de pagamentos, o que as colocou na posição sem esperanças de precisar competir diretamente com os EUA no mercado financeiro mundial. Seja como for, os EUA se beneficiaram em termos econômicos e políticos, já que as empresas e os órgãos governamentais norte-americanos estavam em melhores condições para mobilizar, na luta pelo poder e pela concorrência globais, as mercadorias baratas e o crédito que os ‘vencedores’ do Sul forneciam com entusiasmo, assim como o patrimônio que os ‘perdedores’ do Sul, querendo ou não, tinham de ceder a preço de banana. (ARRIGHI, 2009, p. 157, grifos nossos).

Em outras palavras, queremos dizer que, embora as políticas internas tenham sido e sejam, obviamente, importantes, os caminhos

distintos trilhados pelos países da América Latina e os países do Leste Asiático, em especial a China, tem forte ligação com a conjuntura de declínio hegemônico dos Estados Unidos. No caso chinês, como destacado recentemente por Ho-Fung (2011), há um nítido acoplamento entre as economias chinesa e estadunidense, estando o modelo exportador chinês umbilicalmente ligado ao elevado padrão de consumo e, portanto, de endividamento das famílias daquele país. Para esse autor,

Nas últimas duas décadas, a China emergiu como montadora final e plataforma de exportação da rede produtiva do Leste Asiático. Ela também obteve o status de maior credor dos Estados Unidos e maior portador de reservas internacionais, e demonstrou potencial tanto para ser a fábrica do mundo como para se tornar seu maior mercado. A China está, pois, preparada para estabelecer uma nova ordem econômica regional e global, auxiliando a Ásia e o Sul global a sair de suas posições de dependência econômica e financeira em relação ao Norte em geral e aos Estados Unidos em particular. (HO-FUNG, 2011, p. 35).

Mas o autor em questão também adverte que, dadas as divergências internas e o poder de uma elite litorânea que se beneficiou do processo de reforma e abertura, a China não está, na atual conjuntura, atuando de forma a criar uma nova ordem mundial, em prol da emergência de um “Sul Global” (HO-FUNG, 2008). Afinal, ela tem sido a principal beneficiária da situação de crise que assola as economias e sociedades posicionadas no centro do sistema capitalista mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacado por Wallerstein (2002) e Arrighi (2009), a partir da conjuntura da economia-mundo capitalista dos anos 1970, marcada pelo início de uma fase B dos Ciclos de Kondratief, a potência hegemônica, isto é, os Estados Unidos, utilizaram todos os mecanismos possíveis para a reversão de uma tendência declinante¹². Como brevemente exposto anteriormente, a partir da década de 1980 foi se tornando distinta a trajetória de vários países do resto, ficando nítida a expansão material do Leste Asiático, em contraste com a estagnação e mesmo declínio de vários

¹² Para detalhes sobre a tese do declínio hegemônico dos Estados Unidos, ver Wallerstein (2002) e Arrighi (2008).

países da África e da América Latina. Isso não deveria ser algo surpreendente, tendo em vista as características de desigualdade e polarização que marcam o capitalismo histórico. Afinal de contas,

Toda vez que há estagnação da economia internacional e um estreitamento dos lucros em geral, e do das atividades produtivas em particular, alguma região geográfica, que até esse momento não se encontrava no topo da hierarquia quanto a geração de lucro, passa a ter resultados muitos bons. Ela se converte em polo atrativo para amplos movimentos de realocização da produção do mundo todo, beneficiando-se das dificuldades da economia internacional em conjunto. Desde os anos 1970, a zona à qual coube esse papel tem sido o Leste da Ásia, começando pelo Japão, seguido por sua orla mais próxima, os Quatro Dragões e (mais recentemente) por uma série de países do Sudeste Asiático. [...] *Foi fundamental o papel desempenhado pelos governos no estabelecimento do necessário arcabouço econômico e na proteção estatal aos mercados internos. Além disso, não era possível que uma segunda região obtivesse os mesmos retornos econômicos ao mesmo tempo.* (WALLERSTEIN, 2002, p. 67, grifos nossos).

Esse trecho final da citação de Wallerstein, de certa forma, sintetiza o que procuramos argumentar nesse trabalho. Como vimos, os Estados do Leste Asiático, e em especial o chinês, objeto de nossa investigação, fizeram escolhas políticas que também favoreceram a internalização dos processos de acumulação de capital e poder em seus territórios nacionais. A América Latina, de modo geral e em contraste, foi um soldado fiel dos ditames dos organismos internacionais e dos Estados Unidos, realizando escolhas de políticas econômicas pautadas pelo ajuste e pela reestruturação. Contudo, como nos ensinam Wallerstein (2002) e Arrighi (1997), devemos também ter ciência que, dadas as características estruturais da economia-mundo capitalista, não era possível o “desenvolvimento” para outra região ao mesmo tempo. Assim, embora possamos julgar as estratégias de estabilização macroeconômicas adotadas em países como o Brasil dos anos 1980 em diante, e compará-las com as estratégias implementadas em países do Leste Asiático, como a China, não podemos nos esquecer do padrão oligárquico, desigual e polarizador da distribuição da riqueza em escala mundial. Em outras palavras, temos que ter como premissa que o desenvolvimento não é para todos ao mesmo tempo. Aliás, as lições da história da expansão capitalista nos ensinam que “muitos são os chamados,

mas poucos os escolhidos”. Na atual conjuntura dessa economia-mundo, o chamamento chegou ao Leste Asiático, e ao que parece centrado da China. O que está em aberto é a discussão acerca do caráter estrutural ou não dessa mutação no epicentro dos processos de acumulação de capital e poder em favor daquela região.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana et al. *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília, DF: IPEA, 2011.
- AMSDEN, Alice. *A ascensão do resto*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARBOSA, Alexandre F. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: ACIOLY, Luciana et al. *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília, DF: IPEA, 2011. p. 269-306.
- CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luís. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 287-326.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CUSTO da mão de obra chinesa sobe e indica mudanças. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 4 set. 2012.
- DÉMURGER, S. et al. *Geography, economic policy and regional development in China*. Cambridge: Harvard University, 2002. (Discussion Paper n. 1950).
- ESTENSSORO, Luis. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FENBY, Jonathan. *The Penguin History of Modern China: the fall and rise of a great Power 1850-2009*. London: Penguin Books, 2009.
- FRIEDEN, Jeffry. *Capitalismo global: história econômica e política do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.
- GEREFIL, Gary. Promessa e desafios do desenvolvimento. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 223-243, 2007.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: histórica e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HO-FUNG, Hung. Rise of China and the global overaccumulation crisis. *Review of International Political Economy*, London, v. 15, n. 2, p. 149-179, 2008.
- HO-FUNG, Hung. O braço direito dos Estados Unidos? O dilema da República Popular da China. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 89, p. 17-37, mar. 2011.

- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). *Uma comparação entre a agenda de inovação da China e do Brasil*. São Paulo, nov. 2011.
- KYNGE, James. *A China sacode o mundo*. Rio de Janeiro: Globo, 2007.
- LYRIO, Maurício C. *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília, DF: FUNAG, 2010.
- MARTI, Michael. *A China de Deng Xiaoping*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- MASIERO, Gilmar. Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3 (103), p. 425-444, 2006.
- MEDEIROS, Carlos A. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, 2006.
- NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- OURIQUES, H. R.; VIEIRA, P. A.; ARIENTI, P. F. F. As consequências da ascensão chinesa para a economia-mundo capitalista: o papel do fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI. WORKSHOP SOBRE BRICS, 2011, São Paulo. *Anais ...* Belo Horizonte: ABRI, 2011.
- RUIZ, Ricardo Machado. *Polarização e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949 – 2000)*. Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 2006. (Texto para Discussão).
- SANTOS, Theotônio dos (Org.). *América Latina no limiar do Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. da UFF, 2000.
- SHENKAR, Oded. *El Siglo de China*. Bogotá: Editorial Norma, 2005.
- SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VIEIRA, Flávio V. China: crescimento econômico de longo prazo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 401-424, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

